



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE IRAPUÃ

Conforme Lei Orgânica Municipal

[www.irapua.sp.gov.br](http://www.irapua.sp.gov.br) | [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/irapua](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/irapua)

Quinta-feira, 18 de julho de 2024

Ano IV | Edição nº 555

Página 1 de 9

### SUMÁRIO

<b>Poder Executivo</b> .....	2
<b>Atos Oficiais</b> .....	2
Leis .....	2
<b>Vigilância Sanitária</b> .....	9
Comunicados .....	9

### EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Irapuã, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

### ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Irapuã poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: [www.irapua.sp.gov.br](http://www.irapua.sp.gov.br)  
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/irapua](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/irapua)  
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

### ENTIDADES

#### **Prefeitura Municipal de Irapuã**

CNPJ 45.158.532/0001-90  
Av. Altino Arantes, 122  
Telefone: (17) 3556-1600 | (17) 3556-1300  
Site: [www.irapua.sp.gov.br](http://www.irapua.sp.gov.br)  
Diário: [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/irapua](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/irapua)

#### **Câmara Municipal de Irapuã**

CNPJ 51.347.490/0001-38  
Rua João Lopes de Oliveira, 275  
Telefone: (17) 3556-1266  
Site: [www.camairapua.sp.gov.br](http://www.camairapua.sp.gov.br)



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Irapuã garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.irapua.sp.gov.br](http://www.irapua.sp.gov.br)

Compilado e também disponível em [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/irapua](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/irapua)



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE IRAPUÃ

Conforme Lei Orgânica Municipal

Quinta-feira, 18 de julho de 2024

Ano IV | Edição nº 555

Página 2 de 9

### PODER EXECUTIVO

#### Atos Oficiais

#### Leis

#### **LEI Nº. 2.159, DE 18 DE JULHO DE 2024**

*Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 13.317,46, no orçamento do exercício de 2024 do Município de Irapuã.*

**RENI APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Irapuã, nos termos do inciso VI do artigo 49, da Lei Orgânica do Município, de 30 de junho de 2017, sanciona e promulga a seguinte lei, aprovada pela Câmara Municipal em sua 4ª Sessão Extraordinária, realizada em 17 de Julho de 2024, conforme Autógrafo nº. 43/24.

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do exercício de 2024, crédito adicional especial no valor de **R\$13.317,46(treze mil e trezentos e dezessete reais e quarenta e seis centavos)**, para criar a seguinte dotação orçamentária:

02 -Prefeitura

Local: 02 06 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0013.2042.0000

Manutenção Fundo Municipal de Saúde.....13.317,46

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

F.R.: 0.05.13

C.A: 301.010 ATENÇÃO BASICA

**Art. 2º.** Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput decorrem do Superávit Financeiro dos exercícios anteriores, nos termos do que dispõe o Artigo 41, inciso II e Art. 43, inciso I do §1º e §2º da Lei Federal nº. 4.320/1964.

**Art. 3º.** O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias serão adequados a presente lei.

**Art. 4º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irapuã,  
em 18 de Julho de 2024.

**RENI APARECIDA DA SILVA**  
Prefeita

#### **LEI Nº. 2.160, DE 18 DE JULHO DE 2024**

*Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 145.000,00, no orçamento do exercício de 2024 do Município de Irapuã.*

**RENI APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de

Irapuã, nos termos do inciso VI do artigo 49, da Lei Orgânica do Município, de 30 de junho de 2017, sanciona e promulga a seguinte lei, aprovada pela Câmara Municipal em sua 4ª Sessão Extraordinária, realizada em 17 de Julho de 2024, conforme Autógrafo nº. 44/24.

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do exercício de 2024, crédito adicional especial no valor de **R\$145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil e cinquenta reais)**, para criar a seguinte dotação orçamentária:

02 -Prefeitura

Local: 02 06 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0013.2045.0000

Manutenção Agente Comunitário de Saúde\_ACS..... 145.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CICIL

F.R.: 0.05.13

C.A: 313.000TRANSF.GOV.FEDERAL DEST.VENC.ACS E ACE

**Art. 2º.** Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput decorrem da anulação parcial ou total das seguintes dotações, nos termos do que dispõe o Artigo 41, inciso II o Artigo Art. 43, inciso III do §1º Lei Federal nº. 4.320/1964.

02 -Prefeitura

Local: 02 06 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0013.2045.0000

Manutenção Agente Comunitário de Saúde\_ACS..... 145.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

F.R.: 0.05.13

C.A: 313.000TRANSF.GOV.FEDERAL DEST.VENC.ACS E ACE

**Art. 3º.** O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias serão adequados a presente lei.

**Art. 4º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irapuã,  
em 18 de Julho de 2024.

**RENI APARECIDA DA SILVA**  
Prefeita

#### **LEI Nº. 2.161, DE 18 DE JULHO DE 2024**

*Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$13.807,58, no orçamento do exercício de 2024 do Município de Irapuã.*

**RENI APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Irapuã, nos termos do inciso VI do artigo 49, da Lei Orgânica do Município, de 30 de junho de 2017, sanciona e promulga a seguinte lei, aprovada pela Câmara Municipal



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE IRAPUÃ

Conforme Lei Orgânica Municipal

Quinta-feira, 18 de julho de 2024

Ano IV | Edição nº 555

Página 3 de 9

em sua 4ª Sessão Extraordinária, realizada em 17 de Julho de 2024, conforme Autógrafo nº. 45/24.

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do exercício de 2024, crédito adicional especial no valor de **R\$13.807,58 (treze mil oitocentos e sete reais e cinquenta e oito centavos)**, para criar a seguinte dotação orçamentária:

02 -Prefeitura

Local: 02 06 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0013.1005.0000 UBS - Aquisição de Equipamentos..... R\$13.807,58

4.4.90.52.00OUTROS MATERIAIS PERMANENTES

F.R.:095.13

C.A. 301.012Emenda Parlam.-Equipamentos

**Art. 2º.** Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput decorrem do Superávit Financeiro dos exercícios anteriores, nos termos do que dispõe o Artigo 41, inciso II e Art. 43, inciso I do §1º e §2º da Lei Federal nº. 4.320/1964.

**Art. 3º.** O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias serão adequados a presente lei.

**Art. 4º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irapuã,  
em 18 de Julho de 2024.

**RENI APARECIDA DA SILVA**  
Prefeita

### LEI Nº. 2.162, DE 18 DE JULHO DE 2024

*Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$144.975,50, no orçamento do exercício de 2024 do Município de Irapuã.*

**RENI APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Irapuã, nos termos do inciso VI do artigo 49, da Lei Orgânica do Município, de 30 de junho de 2017, sanciona e promulga a seguinte lei, aprovada pela Câmara Municipal em sua 4ª Sessão Extraordinária, realizada em 17 de Julho de 2024, conforme Autógrafo nº. 46/24.

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do exercício de 2024, crédito adicional especial no valor de **R\$144.975,50 (cento e quarenta e quatro mil novecentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos)**, para criar a seguinte dotação orçamentária:

Local: 020600 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0013.2042.0000 Manutenção Fundo Municipal de Saúde..... 132.883,49

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

F.R.:0.02.15

C.A. 300.059IGM SUS PAULISTA

Local: 020600 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0013.2042.0000 Manutenção Fundo Municipal

de Saúde..... 12.092,01

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

F.R.:0.02.15

C.A. 300.059IGM SUS PAULISTA

**Art. 2º.** Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput decorrem do Excesso Arrecadação do Exercício Atual, nos termos do que dispõe o Artigo 41, inciso II e Art. 43, inciso II do § 1º e § 3º da Lei Federal nº. 4.320/1964.

**Art. 3º.** O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias serão adequados a presente lei.

**Art. 4º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irapuã,  
em 18 de Julho de 2024.

**RENI APARECIDA DA SILVA**  
Prefeita

### LEI Nº. 2.163, DE 18 DE JULHO DE 2024

*Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$200.000,00, no orçamento do exercício de 2024 do Município de Irapuã.*

**RENI APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Irapuã, nos termos do inciso VI do artigo 49, da Lei Orgânica do Município, de 30 de junho de 2017, sanciona e promulga a seguinte lei, aprovada pela Câmara Municipal em sua 4ª Sessão Extraordinária, realizada em 17 de Julho de 2024, conforme Autógrafo nº. 47/24.

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do exercício de 2024, crédito adicional especial no valor de **R\$200.000,00 (duzentos mil reais)**, para criar a seguinte dotação orçamentária:

Local: 020408 CULTURA

13.392.0011.2034.0000Manutenção Atividades Culturais.. .....200.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

F.R.:0.05.18

C.A. 800.020Transferências Especiais

Emenda-202444150002

**Art. 2º.** Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput decorrem do Excesso Arrecadação do Exercício Atual oriundos da Emenda Parlamentar Individual nº 2024.4441.50002-MARANGONI do Deputado Federal FERNANDO JOSE DE SOUZA MARANGONI, nos termos do que dispõe o Artigo 41, inciso II e Art. 43, inciso II do §1º e § 3º da Lei Federal nº. 4.320/1964.

**Art. 3º.** O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias serão adequados a presente lei.

**Art. 4º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE IRAPUÃ

Conforme Lei Orgânica Municipal

Quinta-feira, 18 de julho de 2024

Ano IV | Edição nº 555

Página 4 de 9

**Art. 5º** - Revogam-se as disposições em contrário.  
Prefeitura Municipal de Irapuã,  
em 18 de Julho de 2024.

**RENI APARECIDA DA SILVA**  
**Prefeita**

### **LEI Nº. 2.164, DE 18 DE JULHO DE 2024**

*Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$400.000,00, no orçamento do exercício de 2024 do Município de Irapuã.*

**RENI APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Irapuã, nos termos do inciso VI do artigo 49, da Lei Orgânica do Município, de 30 de junho de 2017, sanciona e promulga a seguinte lei, aprovada pela Câmara Municipal em sua 4ª Sessão Extraordinária, realizada em 17 de Julho de 2024, conforme Autógrafo nº. 48/24.

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do exercício de 2024, crédito adicional especial no valor de **R\$400.000,00 (quatro centos mil reais)**, para criar a seguinte doação orçamentária:

Local: 020600 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.302.0013.2071.0000 Manut Consórcio Interm - Consirc. 400.000,00

3.3.71.70.00RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO

F.R.:0.02.15

C.A. 801.007Demanda Parlamentar 2024SS08593

**Art. 2º.** Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o *caput* decorrem do Excesso Arrecadação do Exercício Atual, oriundos da Emenda Parlamentar Individual nº 2024.014.61828 da Deputada Estadual BETH SAHÃO, nos termos do que dispõe o Artigo 41, inciso II e Art. 43, inciso II do §1º e § 3º da Lei Federal nº. 4.320/1964.

**Art. 3º.** O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias serão adequados a presente lei.

**Art. 4º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** - Revogam-se as disposições em contrário.  
Prefeitura Municipal de Irapuã,  
em 18 de Julho de 2024.

**RENI APARECIDA DA SILVA**  
**Prefeita**

### **LEI Nº. 2.165, DE 18 DE JULHO DE 2024**

*Institui o Sistema Municipal de Cultura do Município de Irapuã e dá outras providências.*

**RENI APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Irapuã, nos termos do inciso VI do artigo 49, da Lei Orgânica do Município, de 30 de junho de 2017, sanciona e promulga a seguinte lei, aprovada pela Câmara Municipal

em sua 4ª Sessão Extraordinária, realizada em 17 de Julho de 2024, conforme Autógrafo nº. 49/24.

### **CAPÍTULO I**

#### **DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA**

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do município de Irapuã, o Sistema Municipal de Cultura - SMC, que se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, tendo como essência a coordenação e a cooperação intergovernamental, com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de transparência, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura integra o Sistema Nacional de Cultura e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

**Art. 2º** O Sistema Municipal de Cultura - SMC tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do município.

**Art. 3º** São objetivos do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;

II - estabelecer e implementar políticas culturais, em consonância com as necessidades e aspirações do município;

III - assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;

IV - articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo de desenvolvimento do município;

V - promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;

VI - criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

VII - estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

### **CAPÍTULO II**

#### **DOS COMPONENTES**



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE IRAPUÃ

Conforme Lei Orgânica Municipal

Quinta-feira, 18 de julho de 2024

Ano IV | Edição nº 555

Página 5 de 9

**Art. 4º** Integram o Sistema Municipal de Cultura:

I - Coordenação:

a) Diretoria Municipal de Cultura e Eventos.

II - Instâncias de articulação, pactuação e deliberação:

a) Conselho Municipal de Política Cultural;

b) Conferência Municipal de Cultura.

III - Instrumentos de gestão:

a) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura;

b) Plano Municipal de Cultura.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura deverá articular-se com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais do município.

### Seção I

#### DA DIRETORIA MUNICIPAL DE CULTURA E EVENTOS

**Art. 5º** Fica criada a Diretoria Municipal de Cultura e Eventos, órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura, que tem as seguintes competências no âmbito do Sistema Municipal de Cultura:

I - promover a integração do município ao Sistema Nacional de Cultura - SNC e ao Sistema Estadual de Cultura, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária, articulando os atores públicos e privados no âmbito do município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando sua estrutura e atuação;

II - formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura, executando as políticas e ações culturais definidas;

III - assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do município;

IV - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural;

V - coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura;

VI - implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestora Tripartite e aprovadas pelo Conselho Nacional de Políticas Culturais e na Comissão Intergestora Bipartite e aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural;

VII - emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas ao Sistema Municipal de Cultura, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural;

VIII - colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura e do Sistema Estadual de Cultura, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;

IX - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;

X - subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, ações e planos estratégicos do governo municipal;

XI - auxiliar o governo municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;

XII - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de programas de formação na área da cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do município.

### Seção II

#### Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação

**Art. 6º** Os órgãos previstos no inciso II do Art. 4º desta Lei constituem as instâncias municipais de articulação, pactuação e deliberação do Sistema Nacional de Cultura, organizadas na forma descrita na presente Seção.

#### DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

**Art. 7º** Fica criado o Conselho Municipal de Política Cultural, órgão colegiado, com caráter consultivo e deliberativo, integrante da estrutura básica da Diretoria Municipal de Cultura e Eventos, de composição paritária entre poder público e sociedade civil, com as seguintes competências:

II - propor as diretrizes gerais e aprovar o Plano Municipal de Cultura, a partir das orientações aprovadas na Conferência Municipal de Cultura;

III - acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura;

IV - estabelecer o Regimento Interno do Conselho;

V - propor diretrizes, em caráter consultivo, para a política cultural do município;

VI - apreciar, aprovar e acompanhar as diretrizes do Fundo Municipal de Cultura;

VII - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura;

VIII - discutir e opinar sobre projetos que digam respeito à produção, ao acesso a bens culturais e à difusão das manifestações culturais do município, encaminhados para recebimento de recursos do Fundo Municipal de Cultura;

IX - acompanhar a execução dos projetos culturais apoiados pelo Fundo Municipal de Cultura;

X - fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos em decorrência das transferências federais e estaduais para o município de Irapuã;

XI - contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura;

XII - promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;

XIII - promover cooperação com os movimentos





# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE IRAPUÃ

Conforme Lei Orgânica Municipal

Quinta-feira, 18 de julho de 2024

Ano IV | Edição nº 555

Página 6 de 9

sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial;

XIV - participar da organização das Conferências Municipais de Cultura.

§ 1º Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente e têm mandato de 2 (dois) anos, renovável, uma vez, por igual período.

§ 2º A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural deve contemplar na sua composição os diversos segmentos artísticos e culturais do município.

§ 3º Os integrantes do Conselho Municipal de Cultura que representam o poder público são designados pelo Prefeito e têm mandato de 2 (dois) anos, renovável, uma vez, por igual período.

§ 4º A representação do poder público no Conselho Municipal de Política Cultural deve contemplar na sua composição a representação do município de Irapuã, por meio da Diretoria Municipal de Cultura e Eventos e de outros órgãos e entidades do Governo Municipal.

**Art. 8º** O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por 6 (seis) membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I - O Diretor Municipal de Cultura, como membro nato, com seu respectivo suplente, sendo este também representando o poder público;

II - 02 (dois) membros titulares e respectivos suplentes representando o poder público;

III - 03 (dois) representantes da sociedade civil com reconhecida notoriedade e vivência cultural.

§ 1º Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelo respectivo órgão e os representantes da sociedade civil serão eleitos conforme Regimento Interno.

§ 2º O Conselho Municipal de Política Cultural deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário Geral com os respectivos suplentes.

§ 3º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do município.

§ 4º O exercício da função de membro do Conselho Municipal de Política Cultural não será remunerado, constituindo serviço público relevante prestado ao município.

**Art. 9º** O Conselho Municipal de Política Cultural tem a seguinte estrutura:

I - Plenário;

II - Comissões Setoriais;

III - Grupos de Trabalho.

§ 1º O Plenário é a instância ampliada do Conselho Municipal de Política Cultural e será composto por todos os conselheiros municipais, as Comissões Setoriais e os Grupos de Trabalho.

§ 2º O Plenário será o fórum de debates sobre as

principais questões surgidas no decorrer do ano nas Comissões Setoriais e nos Grupos de Trabalho.

§ 3º O Plenário deverá se reunir ordinariamente ao menos 1 (uma) vez por semestre e extraordinariamente conforme demandas.

§ 4º Compete às Comissões Setoriais, de caráter permanente, discutir todos os temas relativos às respectivas áreas de atuação, bem como propor diretrizes para a composição das políticas públicas de cultura de acordo com as demandas geradas pelo Plenário e/ou propostas pela sociedade.

§ 5º As Comissões Setoriais serão coordenadas pelos conselheiros dos respectivos segmentos artísticos e abertas à participação de artistas locais e demais interessados, que se reunirão ordinariamente ao menos 1 (uma) vez por semestre ou extraordinariamente de acordo com as demandas, em datas a serem definidas e divulgadas.

§ 6º Os resultados das Comissões Setoriais poderão ser levados como pauta para discussão ao Plenário do Conselho.

§ 7º Compete aos Grupos de Trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.

§ 8º Os resultados dos Grupos de Trabalho deverão ser apresentados e debatidos com o Plenário.

**Art. 10** A Diretoria Municipal de Cultura e Eventos prestará o suporte técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Política Cultural para o desempenho de suas atribuições.

### DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

**Art. 11** A Conferência Municipal de Cultura constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura.

§ 1º É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura e às respectivas revisões ou adequações.

§ 2º Cabe a Diretoria Municipal de Cultura e Eventos de Irapuã convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura, que se reunirá ordinariamente a cada 4 (quatro) anos ou extraordinariamente a qualquer tempo a critério do Conselho Municipal de Política Cultural.

§ 3º A data de realização da Conferência Municipal de Cultura deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

### DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS - SMIIIC

**Art. 12** Fica criado o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais do Município de Irapuã/SP - SMIIIC, com a finalidade de gerar informações e



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE IRAPUÃ

Conforme Lei Orgânica Municipal

Quinta-feira, 18 de julho de 2024

Ano IV | Edição nº 555

Página 7 de 9

estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.

§1º O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público, preferencialmente integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§2º O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais do Município de Irapuã - SMIIIC terá como referência, preferencialmente, o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.

**Art. 13** O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIIC tem como objetivos:

I - coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação de Política de Cultura nos prazos previstos;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados, no âmbito do Município;

III - exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento de Política de Cultura a ser desenvolvida.

**Art. 14** O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais do Município de Irapuã - SMIIIC fará levantamentos para realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

**Art. 15** O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIIC poderá estabelecer parcerias com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais, e com institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.

### Seção III

#### Dos Instrumentos de Gestão

**Art. 16** Os órgãos previstos no inciso III do art. 4º desta Lei constituem instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura, organizados na forma descrita na presente seção.

**Parágrafo único.** Os instrumentos de gestão do

Sistema Municipal de Cultura se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro.

#### DO SISTEMA MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO À CULTURA

**Art. 17** O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do município de Irapuã, que devem ser diversificados e articulados.

**Parágrafo único.** São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do município de Irapuã:

I - Orçamento público do município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);

II - Fundo Municipal de Cultura, definido nesta Lei;

III - Outros que venham a ser criados.

**Art. 18** Fica criado o Fundo Municipal de Cultura de Irapuã, vinculado a Diretoria Municipal de Cultura e Eventos, como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, destinado única e exclusivamente ao financiamento das políticas públicas de cultura do município.

**Parágrafo único.** Os recursos poderão, também, ser destinados a programas, projetos e ações culturais, implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e cofinanciamento com a União e o Governo do Estado de São Paulo.

**Art. 19** Constituem receitas do Fundo Municipal de Cultura de Irapuã:

I - dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual do Município e seus créditos adicionais;

II - transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura;

III - contribuições de mantenedores;

IV - produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Diretoria Municipal de Cultura e Eventos; resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural;

V - doações e legados, nos termos da legislação vigente;

VI - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

VII - reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;

VIII - retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo;

IX - rendimentos de qualquer natureza que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicação do seu patrimônio;

X - saldos não utilizados na execução dos projetos



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE IRAPUÃ

Conforme Lei Orgânica Municipal

Quinta-feira, 18 de julho de 2024

Ano IV | Edição nº 555

Página 8 de 9

culturais financiados com recursos do Fundo Municipal de Cultura;

XI - devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados por mecanismos previstos no Fundo Municipal de Cultura;

XII - saldos de exercícios anteriores;

XIII - outros recursos, créditos e rendas adicionais ou extraordinárias, legalmente incorporáveis, que, por sua natureza, possam ser destinados ao Fundo Municipal de Cultura de Irapuã.

§ 1º Os recursos do Fundo serão depositados em estabelecimento oficial, em conta corrente denominada Município de Irapuã/Fundo Municipal de Cultura de Irapuã.

§ 2º A cada final de exercício financeiro, os recursos repassados ao Fundo Municipal de Cultura de Irapuã não utilizados serão transferidos para utilização pelo Fundo no exercício financeiro subsequente.

§ 3º A Diretoria Municipal de Cultura e Eventos deve acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos financiados pelo Fundo Municipal de Cultura ao longo e ao término de sua execução.

**Art. 20** Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluída a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar 5% (cinco por cento) de suas receitas.

**Art. 21** É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura com despesas de manutenção administrativa do Governo Municipal.

**Art. 22** O Fundo Municipal de Cultura será administrado pelo Diretor Municipal de Cultura e Eventos do município e operacionalizado junto ao Tesoureiro Chefe da prefeitura municipal de Irapuã e financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, por meio das seguintes modalidades:

I - não reembolsáveis, na forma de regulamento, para apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderantemente por meio de editais de seleção pública;

II - reembolsáveis, destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de natureza cultural e pessoas físicas, mediante a concessão de empréstimos.

**Art. 23** Para a seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura, fica criada a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC, de caráter temporário.

**Art. 24** A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC será constituída por 3(três) membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I - 1 (um) membro titular e seu respectivo suplente será indicado pela Diretoria Municipal de Cultura e Eventos;

II - 2 (dois) membros serão indicados pelo Conselho,

podendo ser integrantes do Conselho ou não, a critério dos Conselheiros.

Parágrafo único. Membros da CMIC, bem como seus cônjuges e parentes até o segundo grau não poderão apresentar projeto para seleção através do Fundo Municipal de Cultura.

**Art. 25** A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC, além de ter como referência o Plano Municipal de Cultura, deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas, tais como:

I - avaliação das três dimensões culturais do projeto - simbólica, econômica e social;

II - adequação orçamentária;

III - viabilidade de execução;

IV - capacidade técnico operacional do proponente.

**Art. 26** O município poderá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura, quando disponíveis, para uso como contrapartida de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.

§ 1º Os recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura serão destinados para:

I - políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual ou Municipal de Cultura;

II - financiar projetos culturais escolhidos por meio de seleção pública.

§ 2º A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural.

**Art. 27** O município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.

### DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

**Art. 28** O Plano Municipal de Cultura é um instrumento de planejamento estratégico, de duração decenal, que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura.

**Art. 29** A elaboração do Plano Municipal de Cultura é de responsabilidade da Diretoria Municipal de Cultura e Eventos que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura, desenvolve projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. o Plano, no âmbito municipal, deve conter:

I - diagnóstico do desenvolvimento da cultura;

II - diretrizes e prioridades;

III - objetivos gerais e específicos;

IV - metas e ações;

V - prazos de execução;

VI - resultados e impactos esperados;

VII - indicadores de monitoramento e avaliação.

### CAPÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 30** Os mecanismos de gestão das políticas públicas culturais constituem instrumentos do Sistema





# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE IRAPUÃ

Conforme Lei Orgânica Municipal

Quinta-feira, 18 de julho de 2024

Ano IV | Edição nº 555

Página 9 de 9

Municipal de Cultura.

**Art. 31** A utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura em finalidades diversas das previstas nesta Lei ensejará a responsabilização do autor, observado o devido processo legal.

**Art. 32** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irapuã,  
em 18 de Julho de 2024.

**RENI APARECIDA DA SILVA**  
**Prefeita**

### **LEI Nº. 2.166, DE 18 DE JULHO DE 2024**

*Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$40.000,00 no orçamento do exercício de 2024 do Município de Irapuã.*

**RENI APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Irapuã, nos termos do inciso VI do artigo 49, da Lei Orgânica do Município, de 30 de junho de 2017, sanciona e promulga a seguinte lei, aprovada pela Câmara Municipal em sua 4ª Sessão Extraordinária, realizada em 17 de Julho de 2024, conforme Autógrafo nº. 50/24.

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do exercício de 2024, crédito adicional especial no valor de **R\$ 40.000,00(quarenta mil reais)**, para criar a seguinte dotação orçamentária:

Local: 020401 FUNDO MUNICIPAL DE ENSINO

12.365.0006.2016.0000 F. M. E.-FUNDEB 30% - Ens. Infantil Creche

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA ..... R\$ 20.000,00

Local: 020401 FUNDO MUNICIPAL DE ENSINO

12.365.0006.2018.0000 F. M. E- FUNDEB 30%- Ens. Infantil-Pre-Escola

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA .....R\$ 20.000,00

**Art. 2º.** Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o *caput* decorrem do excesso de arrecadação do exercício atual, nos termos do que dispõe o Artigo 41, inciso II o Artigo Art. 43, inciso II do §1º e §3º da Lei Federal nº. 4.320/1964.

**Art. 3º.** O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias serão adequados a presente lei.

**Art. 4º.** Esta lei entra em vigor na da data de sua publicação.

**Art. 5º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irapuã,  
em 18 de Julho de 2024.

**RENI APARECIDA DA SILVA**  
**Prefeita**

### **Comunicados**

**Comunicado de Deferimento referente à protocolo: 037/2024 Data do Protocolo: 04/07/2024 CEVS: 352150701-561-000085-1-6 Data de Validade: 18/07/2025**

Razão Social: Roncador Sorveteria LTDA CNPJ: 28.556.745/0001-50

Endereço: Avenida Manoel Pitta Júnior 204 -Centro Município: Irapuã

CEP: 14.990-000 UF: SP

Resp. Legal: Antonio Aparecido Roncador CPF: 005.181.598-25

Resp. Legal: Assunta Manchini Roncador CPF: 128.382.208-37

O Coordenador da Visa - Irapuã.

Defere o (a) Renovação da Licença Sanitária do Estabelecimento.

O (s) responsável (s) assume (m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes as atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito (s) ao cancelamento desse documento.

Irapuã, Quinta -Feira, 18 de Julho de 2024.

**Vigilância Sanitária**